

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

motivo, a obra dá-nos outras informações que os trabalhos publicados posteriores não dão. Estes últimos visam em primeiro lugar as experiências dos refugiados judeus em Portugal ou especificamente a reacção do Estado português perante a chegada dos refugiados. A segunda particularidade são as fontes privilegiadas pelo autor, em primeiro lugar a «literatura memorialística» junto com depoimentos pessoais de alguns refugiados sobreviventes e, apenas em segundo lugar, documentação escrita de arquivos de organizações judaicas e do arquivo político do Ministério de Negócios Estrangeiros Alemão. Na verdade, constam da bibliografia da obra algumas pastas do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português. Contudo, depreende-se dos documentos referidos que não houve nenhum levantamento sistemático da documentação portuguesa. Tal explica uma das maiores fraquezas do livro: uma imprecisão em relação a alguns factos como, por exemplo, em relação à datação e ao teor das medidas administrativas tomadas pelo Governo português para estancar a onda de refugiados que se avisava a partir dos acontecimentos trágicos de 1938.

No entanto, cabe a Patrick von zur Mühlen o mérito de ter publicado o primeiro estudo sobre esta temática e ter, sem dúvida, servido como obra de referência para muitos dos trabalhos posteriormente publicados, não só em termos de informação como também em termos da concepção da narrativa.

O autor termina a sua obra com a conclusão que a rota ibérica para além de ter sido um caminho que permitiu a fuga a milhares de pessoas foi também um «trilho de oportunidades perdidas», pois, "uma posição concertada dos países envolvidos ou afectados poderia ter salvo muitas vidas" (p. 308). Ainda assim, o autor encerra com uma mensagem positiva de gratidão às organizações de

auxílio e às pessoas particulares cujo altruísmo tornou possível o salvamento de dezenas de milhares de seres humanos.

Ansgar Schaefer

Investigador Integrado do IHC/

Colaborador do CEIS20

---

**CHABAL, P.; BIRMINGHAM, D.; FORREST, J.; NEWITT, M.; SEIBERT, G; ANDRADE, E. S. – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2002. 339 p. ISBN 0-253-34187-6 (cloth), ISBN 0-253-21565-X (paper).**

Patrick Chabal é, de facto, um dos académicos mais importantes quando procuramos perceber todo o processo que decorreu entre o fim do império português em África, o *Terceiro Império*<sup>1</sup>, e a construção dos novos Estados pós-coloniais lusófonos, tendo-se debruçado, em particular, sobre o caso da Guiné-Bissau através do estudo biográfico de Amílcar Cabral, mas procurando alargar essa área de estudo a todos os outros estados de língua portuguesa. Assim, P. Chabal tem, na verdade, obras importantes sobre este período, sendo de destacar, para além da obra analisada, *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War e Power in Africa*, trabalhos de referência para o estudo dos Estados africanos lusófonos.

Em primeiro lugar, é importante referir que, apesar de a obra em análise conter a contribuição de outros autores não menos importantes, como David Birmingham, Joshua Forrest, Malyn Newitt, Gerhard

---

<sup>1</sup> Entre outros autores que defendem esta tese, destacamos a obra de Clarence-Smith, Gervase, *O III Império Português (1825-1975)*, Tradução de Maria João Pinto, Editorial Teorema, Lisboa, 1985.

Seibert ou Elisa Silva Andrade, a verdade é que, por uma questão de abrangência, coerência e síntese, procurámos apenas abordar a participação de Chabal, que engloba cerca de metade da obra completa.

A escolha deste trabalho reside, essencialmente, no facto de se tratar de um estudo comparativo, em primeiro lugar entre todos os novos Estados da África lusófona e, depois, com uma importante componente analítica de enquadramento regional e internacional, quer dos conflitos coloniais e de libertação, quer dos processos de construção dos diferentes Estados-Nação. Mesmo tendo em linha de conta que a primeira edição da obra data do ano de 2002, a verdade é que arriscamo-nos a considerá-la um dos mais relevantes estudos acerca da construção dos Estados pós-coloniais africanos de língua portuguesa, sobretudo pela sua abordagem comparada e pelo espaço cronológico que abrange, uma vez que se estende até, praticamente, à actualidade.

Em termos gerais, o trabalho apresentado por Patrick Chabal encontra-se estruturado em três partes fundamentais. A primeira parte centra-se no período da luta de libertação, a que, de forma algo paradoxal, chama de *Colonial Wars*<sup>2</sup>, onde procura determinar as principais dissemelhanças dos processos de luta dos três teatros de guerra delimitados: Angola, Guiné e Moçambique, ao mesmo tempo que contextualiza os movimentos de libertação nesses territórios.

---

<sup>2</sup>Tendo em consideração que a expressão utilizada pelos movimentos de libertação para a guerra é, de forma quase unânime, Luta de Libertação Nacional, consideramos que o título dado ao capítulo por P. Chabal é algo contraditório, uma vez que lhe confere a nomenclatura reconhecidamente empregada pela antiga potência colonial, até porque a sua obra é, essencialmente, um trabalho sobre o pós-colonialismo e os movimentos que lutaram pelas independências.

Considerando, apesar de tudo, a primeira parte como introdutória, o segundo e terceiro capítulos contêm, na verdade, o fundamento principal do estudo e a sua principal riqueza para a compreensão do fenómeno da construção do Estado Africano. Deste modo, a segunda parte estende-se pelas diferentes dimensões da construção dos Estados-Nação dos países pós-coloniais lusófonos, num contexto preciso em termos regionais e internacionais, nomeadamente nas relações do poder com o Estado, a problemática da criação da nação num enquadramento difícil de multietnicidade e de limites territoriais contraditórios com as raízes históricas dos povos pré-coloniais e mesmo coloniais. Para além desta problemática política e sociológica, Chabal acrescenta ainda a questão ideológica, ao juntar à construção do Estado o modelo ideológico socialista, declarado, pelo menos inicialmente, por todos os movimentos de libertação dos Estados Africanos de língua portuguesa, o que implicou, por inerência, o seu enquadramento internacional. Aqui é ainda focado um dos principais conceitos apontados neste trabalho, aquilo a que P. Chabal chama de *new-patrimonial*, ou seja, o problema do clientelismo e da forma como o Estado africano se vê envolvido numa extensa e promíscua rede de interesses, que implica uma redistribuição de riqueza de modo a garantir a manutenção do poder.

Por fim, o último capítulo aflora, sob o título *The Limits of Nationhood*, os problemas encontrados pelos novos países independentes, enquanto Estados em que o conceito de partido-único não resultou, e os diferentes processos de passagem para Estados multipartidários, com princípios democratizantes. Aqui, destacam-se os casos de Angola e de Moçambique, sobretudo pelo que implicaram em todos estes processos, em particular, as guerras civis

que travaram os partidos que conquistaram o poder nas negociações com o Governo português pós-ditatorial e os partidos que surgiram como concorrentes empenhados no derrube dessa hegemonia.

Sobretudo neste último capítulo, a estrutura analítica do estudo procura distinguir, de forma sistemática, as diferenças entre os percursos dos cinco Estados em questão, associando-os em dois grupos. O primeiro grupo é constituído, de forma clara, por Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, como modelos de Estados que maior sucesso tiveram no decurso da construção do Estado-Nação e, posteriormente, na sua transição para o multipartidarismo, tendo Cabo Verde uma clara ascendência no resultado final de todo o processo. A estes dois Estados, P. Chabal acaba por adicionar a Guiné-Bissau, apenas até ao golpe de 14 de Novembro de 1980, quando João Bernardo “Nino” Vieira derruba do poder Luíz Cabral e acaba por originar o fim da Unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. O autor demonstra, desta forma, que o PAIGC acabou por obter sucesso na construção dos dois Estados, unidos pela mesma cúpula partidária, contudo, após a cisão, e subsequente criação do PAICV em Cabo Verde, o Estado guineense não conseguiu manter e desenvolver a unidade interna e, principalmente, não foi capaz de promover a transição para o multipartidarismo dentro do quadro constitucional.

No outro grupo, Chabal coloca Angola e Moçambique dentro do mesmo modelo de Estado, mesmo tendo o cuidado de destacar as diversas dissemelhanças entre si. No entanto, o factor que leva o autor a uni-los num mesmo grupo foi o facto de terem necessitado de travar uma guerra civil, e a forma como esse conflito influenciou na transição do Estado de partido-único para o multipartidarismo, com resultados, à data, sensivelmente diferentes. Um ponto importante é, de facto, a distinção que é

feita entre os dois grandes Estados, pois enquanto Angola viu prolongada a guerra civil até à nova centúria<sup>3</sup>, por motivos explicados, em parte, pela natureza do partido que concorria ao poder e pela natureza do seu líder, Jonas Savimbi, Moçambique viu o acordo entre a FRELIMO e a RENAMO acabar por resultar de forma natural na transição para o multipartidarismo. Este esquema analítico é, em muitos aspectos, análogo com o que Norrie MacQueen aplica na sua obra *A Descolonização da África Portuguesa*<sup>4</sup>, com a particularidade de este último autor abordar a questão angolana e moçambicana separadamente, contudo apenas por método, de forma a aprofundar com maior rigor os casos, na sua aparência, mais complexos.

A singularidade e originalidade deste estudo de P. Chabal, nomeadamente no que concerne à sistematização dos conceitos relativos ao processo de construção dos Estados e à problemática conceptual que reside na democracia popular, como modelo político do Estado de partido-único, e no multipartidarismo, como modelo de aproximação às democracias ocidentais. É neste ponto que, sem dúvida, reside todo o interesse do trabalho de Chabal, quer no que respeita ao estudo comparado da construção dos Estados, quer nas suas transições para o multipartidarismo, com as suas influências endógenas e exógenas.

Porém, mesmo reconhecendo a pertinência e importância da obra, não poderemos deixar de lhe atribuir algumas

---

<sup>3</sup> Quando a obra em análise foi publicada, o conflito militar ainda não estava, ainda, resolvido em Angola.

<sup>4</sup> MACQUEEN, Norrie – *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Editorial Inquérito. (coleção «História», nº5). Mem Martins, 1998. p. 306. ISBN 972-670-313-1.

lacunas que, na nossa opinião, reduzem a amplitude e o carácter geral do trabalho, mesmo que, aparentemente, as imperfeições que vamos apontar tenham sido consciente e propositadamente deixadas a descoberto pelo autor.

Deste modo, em primeiro lugar devemos destacar a pouca importância que Chabal confere à influência que as estruturas políticas, económicas e sociais portuguesas têm no devir dos processos abordados, quer no período colonial, quer, posteriormente, no pós-colonial. Neste sentido, torna-se ainda mais clara esta falha, quando procura abordar o problema da coexistência dos diferentes movimentos de libertação em Angola, não fazendo referência a aspectos determinantes e incontornáveis, como a influência que teve, no período pós-independência, as relações entre as chefias político-militares portuguesas e a sua condução da guerra, em particular, quando negociaram tréguas com a UNITA, no final de 1971, implicando o confronto deste movimento com o MPLA, pelo domínio do Leste<sup>5</sup>.

Em consonância, encontramos em Chabal, não só neste trabalho, mas também, e principalmente, em trabalhos anteriores<sup>6</sup>, o recurso a muito poucas fontes portuguesas, oferecendo realce primordial às fontes oriundas dos movimentos de libertação, o que lhe confere uma certa incompletude. Na sua obra, *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*, o autor, ao

---

<sup>5</sup> A "Operação Madeira", reivindicada na sua essência por Costa Gomes, trouxe alguns benefícios a Jonas Savimbi e colocava em questão a luta do MPLA pelo controlo das operações de guerrilha na zona Leste de Angola, acabando por reduzir a actividade militar de forma drástica entre as forças portuguesas e os movimentos guerrilheiros, naquela área.

<sup>6</sup> Estamos-nos a referir, em particular, à obra: *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*, Hurst & Company, London, 2002.

optar por omitir as fontes portuguesas, acaba por construir a sua tese com base em fontes, maioritariamente, oficiais do PAIGC, sempre questionáveis tendo em consideração os seus propósitos. Só para esclarecer a questão, repare-se na credibilidade que Chabal confere à afirmação de Amílcar Cabral, quando indica que em 1967 «Cabral estimated that Portuguese casualties were over 2,000 while the PAIGC had lost 86 men»<sup>7</sup>, números sobre os quais colocamos muitas reservas, quando confrontamos os dados fornecidos pelas forças portuguesas.

Na verdade, ao omitir a presença portuguesa como factor decisivo no desenvolvimento do conflito, acabamos por ignorar alguns aspectos importantes, nomeadamente, a relevância que a administração colonial acabou por ter na construção da unidade do nacionalismo africano das colónias portuguesas, como defende Mariana Lagarto dos Santos<sup>8</sup>. Além disso, e provavelmente mais importante ainda, pensamos ser um elemento de relevância primordial o facto de, ao mesmo tempo que, por exemplo, o PAIGC ia construindo o *Party-state* nas «áreas libertadas», a administração colonial e militar portuguesa ia reforçando as suas estruturas e a sua influência a todos os níveis, o que terá adicionado uma dificuldade acrescida ao processo de transição para o *State-Party*.

---

<sup>7</sup> CHABAL, Patrick – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. London: Hurst & Company, 2002, pág. 102.

<sup>8</sup> SANTOS, Mariana Lagarto dos, *A escola e a ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa*. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.) – *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismo em África*. Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2008, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 49-57.

Apesar de tudo, de uma forma ambígua, P. Chabal, mesmo abordando os processos de libertação e de construção dos novos Estados pós-coloniais da África lusófona de uma perspectiva amplamente ligada aos movimentos de libertação, acaba por desembocar no mesmo equívoco que ainda reside na maior parte da historiografia portuguesa acerca do período, ao confundir o processo de descolonização com o processo de negociação da independência. Tal como Pedro Pezarat Correia<sup>9</sup>, cremos convictamente, que o processo de descolonização se inicia muito antes da Revolução de Abril e da iniciativa dos novos dirigentes políticos portugueses em negociar a paz e a independência com os líderes dos partidos e movimentos, que reivindicavam a autodeterminação e independência das colónias portuguesas em África.

Assim, ao falar do processo de Estado em construção, por exemplo na Guiné e em Moçambique, ainda durante o conflito armado, estamos, de uma forma clara, a falar da edificação de uma administração que substituiu desde logo a administração colonial numa série de obrigações, o que implicava, de facto, para as populações que viviam já nos territórios a que o PAIGC e a FRELIMO chamaram de «áreas libertadas», a vivência num sistema completamente diferente daquele que estava instalado pela administração colonial, em particular, em áreas como a saúde, educação e, em especial, com um modelo político e económico completamente diferente. Deste modo, parece lógico que

---

<sup>9</sup> CORREIA, Pedro Pezarat – *José Medeiros Ferreira: história dos militares e da descolonização*. In OLIVEIRA, Pedro Aires; REZOLA, Maria Inácia (coord.), *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. 1ª edição. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010, pp. 25-36. ISBN 978-989-671-061-3.

possamos introduzir à análise histórica do processo de descolonização da África lusófona a formação dos nacionalismos, a guerra de libertação e a formação das novas estruturas de aparelho de Estado, que os movimentos de libertação foram criando.

### Bibliografia

- CHABAL, Patrick – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. London: Hurst & Company, 2002. ISBN 1850655480.
- CHABAL, P.; BIRMINGHAM, D.; FORREST, J.; NEWITT, M.; SEIBERT, G.; ANDRADE, E. S. – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington. Indiana: Indiana University Press, 2002. 339 p. ISBN 0-253-34187-6 (cloth). ISBN 0-253-21565-X (paper).
- CLARENCE-SMITH, Gervase – *O III Império Português (1825-1975)*. Tradução de Maria João Pinto. Lisboa: Editorial Teorema, 1985. ISBN 9726950996.
- MACQUEEN, Norrie – *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998 («História», nº5) p. 306. ISBN 972-670-313-1.
- OLIVEIRA, Pedro Aires; REZOLA, Maria Inácia (coord.) – *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. 1ª edição. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010. ISBN 978-989-671-061-3.
- TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.) – *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismo em África*. Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2008. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 9789898074577.

Daniel Gomes  
Doutorando CEIS20